



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2699 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 09 - Trabalho e Educação

A INSERÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: uma análise dos fundamentos políticos e ideológicos

Paula de Macedo Santos - UNIVERISDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

O empreendedorismo é um termo cada vez mais presente no nosso cotidiano, de forma que a todo momento a mídia mostra casos de indivíduos, que diante da falta de emprego, tornaram-se empreendedores de sucesso. Além disso, Programas de governo e Cursos de Formação Técnica e Tecnológica já inseriram o empreendedorismo em seus currículos. A exemplo dessa realidade, Organismos Internacionais Multilaterais sugerem uma reforma curricular para o Ensino Médio que incluiu o empreendedorismo como conteúdo curricular. Partimos do princípio que o incentivo a atividade empreendedora é uma maneira de transferir aos trabalhadores a responsabilidade pela criação de oportunidades alternativas geradoras de renda. O objetivo é compreender os fundamentos políticos e ideológicos da reforma curricular proposta. O estudo pode ser classificado como uma pesquisa básica, de caráter explicativo e de análise qualitativa. A coleta de dados foi baseada no levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias, ancorada por uma análise crítica do fenômeno por completo. Diante dessa realidade, devemos refletir a respeito da inserção desse tipo de conteúdo nos currículos de diversos níveis da educação.

Palavras-chave: educação; empreendedorismo; ensino médio.

A INSERÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO: uma análise dos fundamentos políticos e ideológicos

1. Introdução

O termo empreendedorismo passou a integrar o nosso vocabulário recentemente. Na mídia ouve-se muito falar em empreendedores, pessoas que diante da dificuldade de conquistar uma oportunidade de trabalho no mercado formal reinventaram as suas vidas e transformaram-se nos seus próprios patrões.

Apesar do termo empreendedorismo ser novo para a maioria dos indivíduos, identificamos que alguns programas já inseriram o tema nos seus currículos, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Cursos de Formação Profissional Técnica e Superior Tecnológica.

Apesar disso, após um breve levantamento bibliográfico, identificamos pouca informação referente à inserção do empreendedorismo na área educacional, as investigações nesse campo concentram-se no desenvolvimento de empreendimentos. Diante disso, propomos a análise da inserção do empreendedorismo como disciplina do Ensino Médio e assim contribuir para a área da Educação ao compreender os fundamentos políticos e ideológicos da inclusão do empreendedorismo como componente curricular.

2. Problema

Atualmente, observamos mudanças no trabalho e na produção. O foco deslocou-se do Estado como responsável pela política pública de trabalho e renda para a responsabilização do trabalhador pela sua trajetória no mercado de trabalho. De forma que o indivíduo deve criar ou recriar a sua inserção no mundo do trabalho, por meio de uma ocupação geradora de renda, como alternativa para driblar a falta de oportunidades.

O incentivo ao empreendedorismo em diversos níveis da educação busca “reforçar a eficácia e a produtividade dos indivíduos” (SILVA, 2016, p. 183). Em outras palavras, seriam os ideais de protagonismo, autonomia, personalidades produtivas e estímulo ao espírito empreendedor, diante do processo de reestruturação produtiva em andamento, por meio da adaptação do trabalhador as novas exigências do mercado de trabalho e/ou a escassez de oportunidades. “A preocupação é redimensionar o sistema educacional brasileiro para atender de modo mais imediato às demandas de produtividade e competitividade das empresas instaladas no país” (SOUZA, 2016, p. 18).

Com base no discurso das “novas exigências do mercado de trabalho”, começam a surgir proposições de uma reforma nos currículos escolares, sobretudo para o Ensino Médio. Dentre os documentos norteadores dessa reforma destacamos a “*Agenda Globalmente Estruturada para a Educação*” elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2008, que propõe um currículo renovado para o Ensino Médio regular, estimulando o protagonismo individual e o aumento da produtividade através das noções de empreendedorismo. Segundo a UNESCO, as mudanças sugeridas no currículo pela “*Agenda Globalmente Estruturada para a Educação*” propõem a transformação do jovem num ser autônomo, estimulando a “criatividade, as habilidades analíticas, o pensamento lateral, a resolução de problemas, a capacidade de pensar por si mesmo e de trabalhar”. Além disso, tem como objetivo atender as demandas juvenis e as necessidades de crescimento do país por meio da escola (UNESCO, 2008, p. 23).

A reforma curricular proposta pela “*Agenda Globalmente Estruturada para a Educação*”, resgata e leva para dentro da escola, os valores empresariais de competência, eficiência e autonomia. Esse resgate busca atender aos interesses dos empresários e governos nacionais, e às imposições de organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a UNESCO (SILVA, 2016, p. 184).

Dessa forma, a educação é destinada a atender as necessidades do mundo capitalista. De acordo com Silva (2016, p. 187), “investir, inovar e empreender” são as novas propostas para o mundo globalizado, é a nova ordem social. Diante dessa nova realidade, a escola deve oferecer aos jovens meios para criar suas próprias oportunidades de trabalho. O objetivo é implantar no ideário dos sujeitos que a alternativa disponível para enfrentar o desemprego é ser protagonista da sua vida profissional, tornando-se empreendedor.

Mas, além disso, há também a necessidade de ajustar o ambiente escolar, seus currículos, sua estrutura organizacional e seus profissionais aos códigos atuais de conformação ética e moral da sociedade civil, mais coerentes com a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes em curso (SOUZA, 2016, p. 17-8).

Ao que me parece, a atividade empreendedora é acionada como ideologia política para conformar a população perante a falta de oportunidades no mercado de trabalho e ineficiência do Estado como garantidor dos direitos básicos de cidadão, como trabalho.

3. Objeto de estudo

Diante desta problemática, elegemos como objeto de estudo a proposta de inclusão do empreendedorismo como componente curricular do Ensino Médio. Acreditamos que a inserção do empreendedorismo no currículo é uma forma de estimular o espírito empreendedor e com isso transferir para a população, sobretudo aos jovens, a responsabilidade pela criação de estratégias capazes de driblar a falta de oportunidades no mercado de trabalho e garantir uma ocupação geradora de renda.

A escola ao adotar os valores empresariais, tendo como referência as orientações de organismos internacionais, atua como aparelho privado de hegemonia, ao passo que o Estado atua como aparelho de persuasão. De acordo com a visão de Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia, atuam como disseminadores do discurso hegemônico e com isso a escola torna-se meio de transmissão da ideologia dominante. Compreendemos como ideologia um instrumento que busca impor para a sociedade, por meio de uma ação intencional, a defesa de um interesse em particular como verdade (GRAMSCI, 2001, p. 19-21).

Nesse caso, temos o incentivo ao empreendedorismo, como ideologia, sendo imputada no ideário dos indivíduos, que por meio do consentimento ativo, reconhecem a necessidade de buscar variadas formas para driblar o desemprego através da criação de alternativas geradoras de renda. Assim, estamos diante de uma nova configuração para o processo escolar, já que temos uma escola que educa para o desemprego, ou seja, para aumentar o exército de reserva, pois muitos indivíduos nunca serão incluídos no mercado de trabalho formal.

Funciona como uma espécie de educação para o desemprego, na medida em que prepara parcelas significativas da força de trabalho para permanecerem à margem do mercado formal de trabalho, contentadas com subempregos,

trabalhos precários, “bicos” ou trabalhos temporários (SOUZA, 2012, p. 8).

Nesse caso, percebemos a atuação do Estado como influenciadora dos indivíduos, ousamos dizer como controladora. Portanto, está agindo para moldar a conduta da população de acordo com os seus interesses. Na atual situação não é o trabalho, mas a busca por ele que regula as relações na sociedade. Marx entende o trabalho como a atividade que o homem realiza, por meio da sua força e intelecto, para produzir transformações na natureza para atender as suas necessidades. Desse ponto de vista teórico, compreendemos a atividade empreendedora como uma categoria do trabalho (MARX, 1996, p. 298).

4. Objetivos

A presente análise tem como objetivo explicitar as implicações políticas e ideológicas da proposta de Reforma que propõe a inclusão do conteúdo de empreendedorismo como componente curricular do Ensino Médio.

5. Procedimentos Metodológicos

A presente proposta investigativa é uma pesquisa básica, de análise qualitativa e de caráter explicativo. A estratégia para a coleta de dados será baseada na análise bibliográfica de fontes primárias e secundárias, que permitam uma análise crítica da inserção do empreendedorismo como componente curricular do Ensino Médio. Para compreendermos essas questões, buscamos uma análise no campo do materialismo histórico dialético. Será adotado esse percurso analítico, pois buscamos a compreensão de um fenômeno como um todo, primeiro pela aparência e depois pela sua essência (KOSIK, 1976, p. 16).

A partir do percurso analítico citado, nos amparamos nas obras de Souza (2012, 2016), Frigotto (2006), Motta (2009), Silva (2016), Saviani (2011), Gramsci (2001), Marx (1996), entre outros, que nos auxilia na compreensão das questões relacionadas ao estímulo da atividade empreendedora como uma forma de trabalho mediante o investimento em capital humano. Dessa forma, temos a oportunidade de estabelecer um paralelo entre as propostas dos governos nacionais, agências internacionais e a realidade.

6. Resultados

As primeiras análises apontam que o estímulo ao empreendedorismo, seja por meio da mídia ou como disciplina do currículo, tem como objetivo imputar no ideário dos indivíduos, sobretudo os jovens, a responsabilização individual pelo desemprego, como se fosse uma questão de “criatividade” o enfrentamento da falta de oportunidades no mercado de trabalho.

A reforma proposta pela UNESCO por meio da *“Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”* busca seguir a mesma direção do ProJovem, PROEJA, PRONATEC e do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), iniciada na década de 1990, que atingiu a formação Profissional Técnica e Superior Tecnológica, propondo cursos focados no atendimento imediato das demandas do mundo do trabalho e o “desenvolvimento da capacidade empreendedora” (BRASIL, 2001, p. 09).

A capacidade empreendedora destacada como uma das bases de formação de programas de governo e Cursos de Tecnologia de nível Médio e Superior é pautada na pedagogia das competências. “Uma pedagogia definida por seus objetivos e validada pelas competências que produz” (RAMOS, 2009, texto em html). Seguindo por esse caminho, a atividade empreendedora é vista como uma competência individual.

As exigências de “competências” dos trabalhadores, como mecanismo de recomposição burguesa, na tentativa de consolidar as bases de acumulação de lucro, diante da crise do capital e o desemprego estrutural, coloca o trabalhador numa situação de vulnerabilidade em relação aos contratos de trabalho e “reestruturações nas organizações das indústrias ou no mercado de trabalho” (ALVES, 1995, p. 25). Nesse sentido, temos a pedagogia das competências como reguladora do mercado de trabalho, assim como a necessidade de torna-se um trabalhador de novo tipo, que deve ser flexível e capaz de torna-se empreendedor. “Diante disso, estimulam a iniciativa, o trabalho em equipe, as ‘sinergias realistas’, tendo em conta os recursos locais, o auto-emprego e o espírito empreendedor” (TURMINA, SHIROMA, 2014, p. 176).

Assim como apontado anteriormente, o indivíduo é persuadido a tornar-se um empreendedor e ser o seu próprio patrão. “O novo senso comum, de caráter conservador e liberal, compreende que as relações de trabalho atuais e os mecanismos de inclusão social se pautam pela competência individual” (RAMOS, 2009, p. 8). Vale ressaltar que o trabalhador por conta própria não tem garantias de melhorias na sua condição social e tudo leva a crer que, tornou-se, uma nova forma de precarização do trabalho.

A escola ao longo dos tempos esta sendo vista como um importante investimento para o desenvolvimento do ‘capital humano individual’, mas, como potencial de inserção no mercado (MOTTA, 2009, p. 553). Atualmente a escola atua como perpetuadora dos ideais de empreendedorismo, pois só resta ao trabalhador criar uma maneira de definir e/ou redefinir suas trajetórias diante de um mercado de trabalho em crise.

Assim, em um contexto de reestruturação produtiva e de reforma do Estado, a gestão do trabalho escolar é reconfigurada de modo a garantir, nas condições objetivas e subjetivas da conjuntura atual, a manutenção da escola como aparelho privado de hegemonia burguesa (SOUZA, 2016, p. 19).

Saviani (2011, p. 44) esclarece que na teoria do capital humano, “a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão de obra (força de trabalho)”. Apesar da pretensão de que o investimento no capital humano e o incentivo ao empreendedorismo gerariam mais oportunidades de trabalho formal, sua aplicação não se mostra tão simples. É questionável a eficiência desse tipo de ação, se não temos, por exemplo, uma política pública de trabalho e renda eficientes ou medidas de proteção para os trabalhadores por conta própria. Ao meu ver, o estímulo à atividade empreendedora parece ser uma medida incapaz de atuar de forma efetiva no aumento das oportunidades de trabalho formal.

O capital quer transmitir a ideologia que para sobreviver nesse novo mundo é preciso ser criativo, arrojado, inventivo, inovador, é ser o criador das suas próprias trajetórias diante de um mercado de trabalho em crise, é ser empreendedor. Por outro lado, “o que a teoria do capital humano evade e esconde são as relações capitalistas efetivas de produção cuja lógica é, ao mesmo tempo, de acumulação, concentração e exclusão” (FRIGOTTO, 2006, p. 8).

A nova organização do modelo econômico é pautada no empreendedorismo como possibilidade para enfrentar a crise do emprego. É uma organização baseada no protagonismo como forma de investir em si, para manter-se ativo como força de trabalho, não como empregado, mas como empreendedor.

7. Considerações Finais

Embora o estímulo ao empreendedorismo esteja sendo apontado como uma medida eficiente para aumentar a taxa de ocupação dos trabalhadores e com isso driblar a crise do emprego, temos que considerar que nem todas as ocupações criadas oferecem oportunidades de trabalho formais. Ao que me parece, esse estímulo concentra-se em atividades informais que não apresentam as mesmas garantias trabalhistas e de proteção social de uma ocupação formal ou de um negócio estruturado.

A inserção do empreendedorismo nos currículos escolares como propõe a *"Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"* não busca a autonomia do jovem e/ou oportunidade de escolha da sua trajetória no mundo do trabalho, mas uma alternativa que desvincule o desemprego da população da crise econômica e política para uma questão de habilidades individuais, já que não há postos de trabalho para todos. É tomar para si a responsabilidade pelo seu desemprego e a criação de uma ocupação que lhe garanta renda. O estímulo à atividade empreendedora é uma forma de disseminar os ideais da classe dominante, mantendo a estrutura social vigente e impedindo as classes menos favorecidas de transpor as barreiras de superação da sua condição social.

8. Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. A crise do capital e as transformações no mundo do trabalho. **Novos Rumos**, Marília, v. 11, n. 25, p. 24-32, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Parecer nº 436, de 02 de abril de 2001**. Assunto: cursos superiores de tecnologia – formação de tecnólogos. Brasília (DF): 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04_36.pdf. Acesso em 3/10/2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: **um (re) exame das relações entre educação estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 8 ed., 2006.

GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed., v. 2, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. **O Processo de Produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. V.1, Livro I – O processo de produção do capital. (Coleção Os Economistas).

MOTTA, Vânia Cardoso. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 549-571, nov. 2008/fev.2009.

RAMOS, Marise Nogueira. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. **Pedagogia das Competências**, 2009. Disponível em: [<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>]. Acesso em: 01/10/2017.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Investir, inovar e empreender: uma nova gramática curricular para o Ensino Médio brasileiro?. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 2, p. 178-196, maio/ago. 2016.

SOUZA, Jose dos Santos. A reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe e a formação do trabalhador. In: *Colóquio Internacional Marx e Engels*, 7., Campinas. **CEMARX**. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulário_cemarx/seleção/2012/trabalhos/7144_Souza_Jos e.pdf]. Acesso em: 20/06/17.

_____. **Elementos teóricos para uma análise da reforma gerencial na gestão do trabalho escolar**. In: ENDIPE: didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira, 18, 2016, Cuiabá. Disponível em: [http://www.ufmt.br/endipe2016/downloads/233_10849_37501.pdf]. Acesso em: 31/08/2017.

TURMINA, Adriana Claudia. SHIROMA, Eneida Oto. "Se você não mudar, morrerá": a (con) formação de um trabalhador de novo tipo no discurso de autoajuda. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 165- 255, jan/mar. 2014.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Reforma da educação secundária: **rumo à convergência entre a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de habilidade** Brasília, UNESCO, 2008, 33 p.